

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	<p>Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.</p>	<p>Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.</p>	<p>Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural; institui regime tributário especial para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 12.973, de 13 de maio de 2014; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro de 1966.</p>
	<p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:</p>	<p>O CONGRESSO NACIONAL decreta:</p>	<p>O CONGRESSO NACIONAL decreta:</p>
	<p>Art. 1º Para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, poderão ser integralmente deduzidas as importâncias aplicadas, em cada período de apuração, nas atividades</p>	<p>Art. 1º Para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, poderão ser integralmente deduzidas as importâncias aplicadas, em cada período de apuração, nas atividades</p>	<p>Art. 1º Para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), poderão ser integralmente deduzidas as importâncias aplicadas, em cada período de apuração, nas atividades</p>

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	de exploração e produção de jazidas de petróleo e de gás natural, definidas no art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 , observado o disposto no § 1º.	de exploração e produção de jazidas de petróleo e de gás natural, definidas no art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 , observado o disposto no § 1º.	de exploração e de produção de jazidas de petróleo e de gás natural, definidas no art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 , observado o disposto no § 1º deste artigo .
	§ 1º A despesa de exaustão decorrente de ativo formado mediante gastos aplicados nas atividades de desenvolvimento para viabilizar a produção de campo de petróleo ou de gás natural é dedutível na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL.	§ 1º A despesa de exaustão decorrente de ativo formado mediante gastos aplicados nas atividades de desenvolvimento para viabilizar a produção de campo de petróleo ou de gás natural é dedutível na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL.	§ 1º A despesa de exaustão decorrente de ativo formado mediante gastos aplicados nas atividades de desenvolvimento para viabilizar a produção de campo de petróleo ou de gás natural é dedutível na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL.
	§ 2º Para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, poderá ser considerada a exaustão acelerada dos ativos de que trata o § 1º formados até 31 de dezembro de 2022 , calculada mediante a aplicação da taxa de exaustão, determinada pelo método das unidades produzidas, multiplicada por dois inteiros e cinco décimos.	§ 2º Para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, poderá ser considerada a exaustão acelerada dos ativos de que trata o § 1º [^] , calculada mediante a aplicação da taxa de exaustão, determinada pelo método das unidades produzidas, multiplicada por dois inteiros e cinco décimos.	§ 2º Para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, poderá ser considerada a exaustão acelerada do ativo de que trata o § 1º deste artigo , calculada mediante a aplicação da taxa de exaustão, determinada pelo método das unidades produzidas, multiplicada por dois inteiros e cinco décimos.
	§ 3º A quota de exaustão acelerada de que trata o § 2º será excluída do lucro	§ 3º A quota de exaustão acelerada de que trata o § 2º será excluída do lucro	§ 3º A quota de exaustão acelerada de que trata o § 2º deste artigo será

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	líquido, e o total da exaustão acumulada, incluídas a normal e a acelerada, não poderá ultrapassar o custo do ativo.	líquido, e o total da exaustão acumulada, incluídas a normal e a acelerada, não poderá ultrapassar o custo do ativo.	excluída do lucro líquido, e o total da exaustão acumulada, incluídas a normal e a acelerada, não poderá ultrapassar o custo do ativo.
	§ 4º A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 3º, o valor da exaustão normal, registrado na escrituração comercial, deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL.	§ 4º A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 3º, o valor da exaustão normal, registrado na escrituração comercial, deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL.	§ 4º A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 3º deste artigo , o valor da exaustão normal, registrado na escrituração comercial, deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL.
	§ 5º Quanto às máquinas, aos equipamentos e aos instrumentos facilitadores aplicados nas atividades de desenvolvimento da produção, a depreciação dedutível, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, deverá ser realizada de acordo com as taxas publicadas periodicamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, para cada espécie de bem, em condições normais ou médias.	§ 5º Quanto às máquinas, aos equipamentos e aos instrumentos facilitadores aplicados nas atividades de desenvolvimento da produção, a depreciação dedutível, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, deverá ser realizada de acordo com as taxas publicadas periodicamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, para cada espécie de bem, em condições normais ou médias.	§ 5º Quanto às máquinas, aos equipamentos e aos instrumentos facilitadores aplicados nas atividades de desenvolvimento da produção, a depreciação dedutível, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, deverá ser realizada de acordo com as taxas publicadas periodicamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, para cada espécie de bem, em condições normais ou médias.

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	§ 6º Sem prejuízo do disposto no § 5º, fica assegurado ao contribuinte o direito de computar a quota efetivamente adequada às condições de depreciação das suas máquinas, equipamentos e instrumentos facilitadores aplicados nas atividades de desenvolvimento da produção, desde que faça prova dessa adequação, quando adotar taxa diferente da publicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.	§ 6º Sem prejuízo do disposto no § 5º, fica assegurado ao contribuinte o direito de computar a quota efetivamente adequada às condições de depreciação das suas máquinas, equipamentos e instrumentos facilitadores aplicados nas atividades de desenvolvimento da produção, desde que faça prova dessa adequação, quando adotar taxa diferente da publicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.	§ 6º Sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo , fica assegurado ao contribuinte o direito de computar a quota efetivamente adequada às condições de depreciação das suas máquinas, equipamentos e instrumentos facilitadores aplicados nas atividades de desenvolvimento da produção, desde que faça prova dessa adequação, quando adotar taxa diferente da publicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997	Art. 2º A Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997 , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 2º A Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997 , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 2º A Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º A alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos auferidos no País, por residentes ou domiciliados no exterior, fica reduzida para zero, nas seguintes hipóteses:	“Art.1º	“Art.1º	“Art. 1º
§ 2º No caso do inciso I do caput deste artigo , quando ocorrer execução	§ 2º Para fins de aplicação do disposto no inciso I do caput[^] , quando ocorrer	§ 2º Para fins de aplicação do disposto no inciso I do caput, quando ocorrer	§ 2º Para fins de aplicação do disposto no inciso I do caput deste artigo ,

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
<p>simultânea do contrato de afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e do contrato de prestação de serviço, relacionados à prospecção e exploração de petróleo ou gás natural, celebrados com pessoas jurídicas vinculadas entre si, do valor total dos contratos a parcela relativa ao afretamento ou aluguel não poderá ser superior a:</p>	<p>execução simultânea de contrato de afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e de contrato de prestação de serviço, relacionados à ^ exploração e produção de petróleo ou gás natural, celebrados com pessoas jurídicas vinculadas entre si, a redução a zero por cento da alíquota do imposto sobre a renda na fonte fica limitada à parcela relativa ao afretamento ou aluguel, calculada mediante a aplicação, sobre o valor total dos contratos, dos seguintes percentuais:</p>	<p>execução simultânea de contrato de afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e de contrato de prestação de serviço, relacionados à exploração e produção de petróleo ou gás natural, celebrados com pessoas jurídicas vinculadas entre si, a redução a zero por cento da alíquota do imposto sobre a renda na fonte fica limitada à parcela relativa ao afretamento ou aluguel, calculada mediante a aplicação, sobre o valor total dos contratos, dos seguintes percentuais:</p>	<p>quando ocorrer execução simultânea de contrato de afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e de contrato de prestação de serviço relacionados à exploração e produção de petróleo ou de gás natural, celebrados com pessoas jurídicas vinculadas entre si, a redução a 0% (zero por cento) da alíquota do imposto sobre a renda na fonte fica limitada à parcela relativa ao afretamento ou aluguel, calculada mediante a aplicação sobre o valor total dos contratos ^ dos seguintes percentuais:</p>
<p>I - 85% (oitenta e cinco por cento), no caso de embarcações com sistemas flutuantes de produção e/ou armazenamento e descarga (Floating Production Systems - FPS);</p>	<p>I - ^ oitenta e cinco por cento, quanto às embarcações com sistemas flutuantes de produção ^ ou armazenamento e descarga ^;</p>	<p>I - oitenta e cinco por cento, quanto às embarcações com sistemas flutuantes de produção ou armazenamento e descarga;</p>	<p>I – 85% (oitenta e cinco por cento), quanto às embarcações com sistemas flutuantes de produção ou armazenamento e descarga;</p>
<p>II - 80% (oitenta por cento), no caso de embarcações com sistema do tipo sonda para perfuração, completação, manutenção de poços (navios-sonda);</p>	<p>II - ^ oitenta por cento, quanto às embarcações com sistema do tipo sonda para perfuração, completação ^ e manutenção de poços ^; e</p>	<p>II - oitenta por cento, quanto às embarcações com sistema do tipo sonda para perfuração, completação e manutenção de poços; e</p>	<p>II – 80% (oitenta por cento), quanto às embarcações com sistema do tipo sonda para perfuração, completação e manutenção de poços; e</p>

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
e			
III - 65% (sessenta e cinco por cento), nos demais tipos de embarcações.	III - ^ sessenta e cinco por cento, quanto aos demais tipos de embarcações.	III - sessenta e cinco por cento, quanto aos demais tipos de embarcações.	III – 65% (sessenta e cinco por cento), quanto aos demais tipos de embarcações.
§ 3º Para cálculo dos percentuais previstos no § 2º, o contrato celebrado em moeda estrangeira deverá ser convertido para Real à taxa de câmbio da moeda do país de origem, fixada para venda pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data da apresentação da proposta pelo fornecedor, que é parte integrante do contrato.	§ 3º Para cálculo dos percentuais a que se referem os § 2º e § 9º, o contrato celebrado em moeda estrangeira deverá ter os valores contratados convertidos para a moeda nacional pela taxa de câmbio da moeda do país de origem, fixada para venda pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data da apresentação da proposta pelo fornecedor, que é parte integrante do contrato.	§ 3º Para cálculo dos percentuais a que se referem os § 2º, § 9º e § 11, o contrato celebrado em moeda estrangeira deverá ter os valores contratados convertidos para a moeda nacional pela taxa de câmbio da moeda do país de origem, fixada para venda pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data da apresentação da proposta pelo fornecedor, que é parte integrante do contrato.	§ 3º Para cálculo dos percentuais a que se referem os §§ 2º, ^ 9º e ^ 11 deste artigo, o contrato celebrado em moeda estrangeira deverá ter os valores contratados convertidos para a moeda nacional pela taxa de câmbio da moeda do país de origem fixada para venda pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data da apresentação da proposta pelo fornecedor, que é parte integrante do contrato.
§ 4º Em caso de repactuação ou reajuste dos valores de quaisquer dos contratos, as novas condições deverão ser consideradas para fins de verificação do enquadramento do contrato de afretamento nos limites previstos no § 2º.	§ 4º Na hipótese de repactuação ou reajuste dos valores de quaisquer dos contratos, as novas condições deverão ser consideradas para fins de verificação do enquadramento do contrato de afretamento ou aluguel de embarcação marítima nos limites previstos nos § 2º e § 9º.	§ 4º Na hipótese de repactuação ou reajuste dos valores de quaisquer dos contratos, as novas condições deverão ser consideradas para fins de verificação do enquadramento do contrato de afretamento ou aluguel de embarcação marítima nos limites previstos nos § 2º, § 9º e § 11.	§ 4º Na hipótese de repactuação ou reajuste dos valores de quaisquer dos contratos, as novas condições deverão ser consideradas para fins de verificação do enquadramento do contrato de afretamento ou aluguel de embarcação marítima nos limites previstos nos §§ 2º, ^ 9º e ^ 11 deste

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
<p>§ 5º Para fins de verificação do enquadramento das remessas de afretamento nos limites previstos no § 2º, deverá ser desconsiderado o efeito da variação cambial.</p>	<p>§ 5º Para fins de verificação do enquadramento das remessas de afretamento ou aluguel de embarcação marítima nos limites previstos nos § 2º e § 9º, deverão ser desconsiderados os efeitos da variação cambial. ^</p>	<p>§ 5º Para fins de verificação do enquadramento das remessas de afretamento ou aluguel de embarcação marítima nos limites previstos nos § 2º, § 9º e § 11, deverão ser desconsiderados os efeitos da variação cambial.</p>	<p>artigo.</p> <p>§ 5º Para fins de verificação do enquadramento das remessas de afretamento ou aluguel de embarcação marítima nos limites previstos nos §§ 2º, ^ 9º e ^ 11 deste artigo, deverão ser desconsiderados os efeitos da variação cambial.</p>
<p>§ 6º A parcela do contrato de afretamento que exceder os limites estabelecidos no § 2º sujeita-se à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), quando a remessa for destinada a país ou dependência com tributação favorecida, ou quando o arrendante ou locador for beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.</p>	<p>§ 6º A parcela do contrato de afretamento ou aluguel de embarcação marítima que exceder os limites estabelecidos nos § 2º e § 9º sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de ^ quinze por cento ^, exceto nos casos em que a remessa seja destinada a país ou dependência com tributação favorecida ^ ou em que o fretador, arrendante ou locador de embarcação marítima seja beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos art. 24 e art. 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, hipóteses em que a totalidade da remessa estará sujeita</p>	<p>§ 6º A parcela do contrato de afretamento ou aluguel de embarcação marítima que exceder os limites estabelecidos nos § 2º, § 9º e § 11 sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de quinze por cento, exceto nos casos em que a remessa seja destinada a país ou dependência com tributação favorecida ou em que o fretador, arrendante ou locador de embarcação marítima seja beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos art. 24 e art. 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, hipóteses em que a totalidade da remessa estará sujeita</p>	<p>§ 6º A parcela do contrato de afretamento ou aluguel de embarcação marítima que exceder os limites estabelecidos nos §§ 2º, ^ 9º e ^ 11 deste artigo sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), exceto nos casos em que a remessa seja destinada a país ou dependência com tributação favorecida ou em que o fretador, arrendante ou locador de embarcação marítima seja beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e ^ 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, hipóteses em que</p>

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.	à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.	a totalidade da remessa estará sujeita à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).
§ 7º Para efeitos do disposto no § 2º, será considerada vinculada a pessoa jurídica proprietária da embarcação marítima sediada no exterior e a pessoa jurídica prestadora do serviço quando forem sócias, direta ou indiretamente, em sociedade proprietária dos ativos arrendados ou locados.	§ 7º Para efeitos do disposto nos § 2º e § 9º, a pessoa jurídica fretadora, arrendadora ou locadora de embarcação marítima sediada no exterior será considerada vinculada à pessoa jurídica prestadora do serviço, quando ^:	§ 7º Para efeitos do disposto nos § 2º, § 9º e § 11, a pessoa jurídica fretadora, arrendadora ou locadora de embarcação marítima sediada no exterior será considerada vinculada à pessoa jurídica prestadora do serviço, quando:	§ 7º Para efeitos do disposto nos §§ 2º, ^ 9º e ^ 11 deste artigo, a pessoa jurídica fretadora, arrendadora ou locadora de embarcação marítima sediada no exterior será considerada vinculada à pessoa jurídica prestadora do serviço, quando:
	I - for sua matriz, filial ou sucursal;	I - for sua matriz, filial ou sucursal;	I - for sua matriz, filial ou sucursal;
	II - a participação societária no capital social de uma em relação à outra a caracterize como sua controladora ou coligada, na forma definida nos § 1º e § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ;	II - a participação societária no capital social de uma em relação à outra a caracterize como sua controladora ou coligada, na forma definida nos § 1º e § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ;	II - a participação societária no capital social de uma em relação à outra a caracterize como sua controladora ou coligada, na forma definida nos §§ 1º e ^ 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ;
	III - ambas estiverem sob controle societário ou administrativo comum ou quando pelo menos dez por cento do capital social de cada uma	III - ambas estiverem sob controle societário ou administrativo comum ou quando pelo menos dez por cento do capital social de cada uma	III - ambas estiverem sob controle societário ou administrativo comum ou quando pelo menos 10% (dez por cento) do capital social de cada uma

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	pertencer a uma mesma pessoa física ou jurídica;	pertencer a uma mesma pessoa física ou jurídica;	pertencer a uma mesma pessoa física ou jurídica;
	IV - em conjunto com a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, tiver participação societária no capital social de uma terceira pessoa jurídica, desde que a soma das participações as caracterize como controladoras ou coligadas desta, na forma definida nos § 1º e § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 1976 ; ou	IV - em conjunto com a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, tiver participação societária no capital social de uma terceira pessoa jurídica, desde que a soma das participações as caracterize como controladoras ou coligadas desta, na forma definida nos § 1º e § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 1976 ; ou	IV - em conjunto com a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, tiver participação societária no capital social de uma terceira pessoa jurídica, desde que a soma das participações as caracterize como controladoras ou coligadas desta, na forma definida nos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ; ou
	V - for sua associada, na forma de consórcio ou condomínio, conforme definido na legislação em vigor, em qualquer empreendimento.	V - for sua associada, na forma de consórcio ou condomínio, conforme definido na legislação em vigor, em qualquer empreendimento.	V - for sua associada, na forma de consórcio ou condomínio, conforme definido na legislação em vigor, em qualquer empreendimento.
§ 8º O Ministro da Fazenda poderá elevar ou reduzir em até 10 (dez) pontos percentuais os limites de que trata o § 2º.	§ 8º Ato do Ministro de Estado da Fazenda poderá elevar em até ^ dez^ pontos percentuais os limites de que tratam os § 2º e § 9º, com base em estudos econômicos.	§ 8º Ato do Ministro de Estado da Fazenda poderá elevar em até dez pontos percentuais os limites de que tratam os § 2º, § 9º e § 11, com base em estudos econômicos.	§ 8º Ato do Ministro de Estado da Fazenda poderá elevar em até dez pontos percentuais os limites de que tratam os §§ 2º, ^ 9º e ^ 11 deste artigo, com base em estudos econômicos.
	§ 9º A partir de 1º de janeiro de 2018, a redução a zero por cento da alíquota do imposto sobre a renda na fonte, na	§ 9º A partir de 1º de janeiro de 2018, a redução a zero por cento da alíquota do imposto sobre a renda na fonte, na	§ 9º A partir de 1º de janeiro de 2018, a redução a 0% (zero por cento) da alíquota do imposto sobre a renda na

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	hipótese prevista no § 2º, fica limitada aos seguintes percentuais:	hipótese prevista no § 2º, fica limitada aos seguintes percentuais:	fonte, na hipótese prevista no § 2º deste artigo, fica limitada aos seguintes percentuais:
	I - setenta por cento, quanto às embarcações com sistemas flutuantes de produção ou armazenamento e descarga;	I - setenta por cento, quanto às embarcações com sistemas flutuantes de produção ou armazenamento e descarga;	I – 70% (setenta por cento), quanto às embarcações com sistemas flutuantes de produção ou armazenamento e descarga;
	II - sessenta e cinco por cento, quanto às embarcações com sistema do tipo sonda para perfuração, complementação e manutenção de poços; e	II - sessenta e cinco por cento, quanto às embarcações com sistema do tipo sonda para perfuração, complementação e manutenção de poços; e	II – 65% (sessenta e cinco por cento), quanto às embarcações com sistema do tipo sonda para perfuração, complementação e manutenção de poços; e
	III - cinquenta por cento, quanto aos demais tipos de embarcações.	III - cinquenta por cento, quanto aos demais tipos de embarcações.	III – 50% (cinquenta por cento), quanto aos demais tipos de embarcações.
	§ 10. O disposto no § 9º não se aplica às embarcações utilizadas na navegação de apoio marítimo, definida na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 .	§ 10. O disposto nos §§ 2º e 9º não se aplica às embarcações utilizadas na navegação de apoio marítimo, definida na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 , sendo vedada, inclusive, a aplicação retroativa do § 2º em relação aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei 13.043, de 13 de novembro de 2014 .	§ 10. O disposto nos §§ 2º e 9º deste artigo não se aplica às embarcações utilizadas na navegação de apoio marítimo, definida na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 , ^ vedada, inclusive, a aplicação retroativa do § 2º deste artigo em relação aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei nº 13.043, de 13 de novembro

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
			de 2014.
	<p>§ 11. Para fins de aplicação do disposto no inciso I do caput, quando ocorrer execução simultânea de contrato de afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e de contrato de prestação de serviço relacionados às atividades de transporte, movimentação, transferência, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito, celebrados entre pessoas jurídicas vinculadas entre si, a redução a zero por cento da alíquota do imposto de renda na fonte fica limitada à parcela relativa ao afretamento ou aluguel, calculada mediante a aplicação do percentual de sessenta por cento sobre o valor total dos contratos.</p>	<p>§ 11. Para fins de aplicação do disposto no inciso I do caput, quando ocorrer execução simultânea de contrato de afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e de contrato de prestação de serviço relacionados às atividades de transporte, movimentação, transferência, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito, celebrados entre pessoas jurídicas vinculadas entre si, a redução a zero por cento da alíquota do imposto de renda na fonte fica limitada à parcela relativa ao afretamento ou aluguel, calculada mediante a aplicação do percentual de sessenta por cento sobre o valor total dos contratos.</p>	<p>§ 11. Para fins de aplicação do disposto no inciso I do caput deste artigo, quando ocorrer execução simultânea de contrato de afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e de contrato de prestação de serviço relacionados às atividades de transporte, movimentação, transferência, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito, celebrados entre pessoas jurídicas vinculadas entre si, a redução a 0% (zero por cento) da alíquota do imposto de renda na fonte fica limitada à parcela relativa ao afretamento ou aluguel, calculada mediante a aplicação do percentual de 60% (sessenta por cento) sobre o valor total dos contratos.</p>
	<p>§ 12. A aplicação dos percentuais estabelecidos nos § 2º e § 9º não acarreta a alteração da natureza e das</p>	<p>§ 12. A aplicação dos percentuais estabelecidos nos § 2º, § 9º e § 11 não acarreta a alteração da natureza e das</p>	<p>§ 12. A aplicação dos percentuais estabelecidos nos §§ 2º, 9º e 11 deste artigo não acarreta a alteração</p>

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	<p>condições do contrato de afretamento ou aluguel para fins de incidência da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE de que trata a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, e das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços - PIS/Pasep-Importação e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - Cofins-Importação, de que trata a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.”</p> <p>(NR)</p>	<p>condições do contrato de afretamento ou aluguel para fins de incidência da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE de que trata a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, e das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços - PIS/Pasep-Importação e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - Cofins-Importação, de que trata a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.”</p> <p>(NR)</p>	<p>da natureza e das condições do contrato de afretamento ou aluguel para fins de incidência da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) de que trata a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, e da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/Pasep-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação), de que trata a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.”(NR)</p>
	<p>Art. 3º Aos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014, aplica-se o disposto nos § 2º e § 12 do art. 1º da Lei nº 9.481, de 1997, e a pessoa jurídica poderá recolher a diferença devida de imposto sobre a renda na</p>	<p>Art. 3º Aos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014, aplica-se o disposto nos § 2º e § 12 do art. 1º da Lei nº 9.481, de 1997, e a pessoa jurídica poderá recolher a diferença devida de imposto sobre a renda na</p>	<p>Art. 3º Aos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014, aplica-se o disposto nos §§ 2º e 12 do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a pessoa jurídica poderá recolher a diferença devida de</p>

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	fonte, acrescida de juros de mora, no mês de janeiro de 2018, com redução de cem por cento das multas de mora e de ofício.	fonte, acrescida de juros de mora, no mês de janeiro de 2018, com redução de cem por cento das multas de mora e de ofício.	imposto sobre a renda na fonte, acrescida de juros de mora, no mês de janeiro de 2018, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício.
	§ 1º Para fazer jus ao tratamento previsto no caput, a pessoa jurídica deverá comprovar a desistência expressa e irrevogável das ações administrativas e judiciais que tenham por objeto os débitos de que trata este artigo e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundem as referidas ações.	§ 1º Para fazer jus ao tratamento previsto no caput, a pessoa jurídica deverá comprovar a desistência expressa e irrevogável das ações administrativas e judiciais que tenham por objeto os débitos de que trata este artigo e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundem as referidas ações.	§ 1º Para fazer jus ao tratamento previsto no caput deste artigo , a pessoa jurídica deverá comprovar a desistência expressa e irrevogável das ações administrativas e judiciais que tenham por objeto os débitos de que trata este artigo e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundem as referidas ações.
	§ 2º A desistência de que trata o § 1º poderá ser parcial, desde que o débito objeto da desistência seja passível de distinção dos demais débitos discutidos no processo administrativo ou judicial.	§ 2º A desistência de que trata o § 1º poderá ser parcial, desde que o débito objeto da desistência seja passível de distinção dos demais débitos discutidos no processo administrativo ou judicial.	§ 2º A desistência de que trata o § 1º deste artigo poderá ser parcial, desde que o débito objeto da desistência seja passível de distinção dos demais débitos discutidos no processo administrativo ou judicial.
	§ 3º É facultado o pagamento do débito consolidado de que trata o caput em até doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, e a primeira	§ 3º É facultado o pagamento do débito consolidado de que trata o caput em até doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, e a primeira	§ 3º É facultado o pagamento do débito consolidado de que trata o caput deste artigo em até doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, e

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	parcela será vencível em 31 de janeiro de 2018 e as demais, no último dia útil dos meses subsequentes.	parcela será vencível em 31 de janeiro de 2018 e as demais, no último dia útil dos meses subsequentes.	a primeira parcela será vencível em 31 de janeiro de 2018 e as demais, no último dia útil dos meses subsequentes.
	§ 4º As parcelas a que se refere o § 3º serão acrescidas de juros equivalentes:	§ 4º As parcelas a que se refere o § 3º serão acrescidas de juros equivalentes:	§ 4º As parcelas a que se refere o § 3º deste artigo serão acrescidas de juros equivalentes:
	I - à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir de 1º de fevereiro de 2018 até o último dia do mês anterior ao do pagamento; e	I - à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir de 1º de fevereiro de 2018 até o último dia do mês anterior ao do pagamento; e	I - à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir de 1º de fevereiro de 2018 até o último dia do mês anterior ao do pagamento; e
	II - de um por cento, no mês do pagamento.	II - de um por cento, no mês do pagamento.	II - de 1% (um por cento) , no mês do pagamento.
	§ 5º Na hipótese de incorporação, de fusão ou de cisão ou de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação, as parcelas vincendas devem ser pagas até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.	§ 5º Na hipótese de incorporação, de fusão ou de cisão ou de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação, as parcelas vincendas devem ser pagas até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.	§ 5º Na hipótese de incorporação, de fusão ou de cisão ou de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação, as parcelas vincendas devem ser pagas até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.
	§ 6º A extinção da ação nos termos do disposto no § 1º dispensa o	§ 6º A extinção da ação nos termos do disposto no § 1º dispensa o	§ 6º A extinção da ação nos termos do disposto no § 1º deste artigo dispensa o

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.	pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.	o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
		§ 7º O disposto no caput não se aplica às embarcações utilizadas na navegação de apoio marítimo, definida na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 , as quais se encontram expressamente excepcionadas do disposto nos §§ 2º e 9º do art. 1º da Lei nº 9.481, de 1997 , conforme o disposto no § 10 do art. 1º da Lei nº 9.481, de 1997, na redação dada pelo art. 2º desta Lei.	§ 7º O disposto no caput deste artigo não se aplica às embarcações utilizadas na navegação de apoio marítimo, definida na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 , as quais se encontram expressamente excepcionadas do disposto nos §§ 2º e 9º do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997 , conforme o disposto no § 10 do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997 ^.
		§ 8º O pagamento do tributo na forma prevista no caput ou a quitação do parcelamento de que trata o § 3º acarretará a remissão do valor do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF incidente sobre a diferença a maior da parcela passível de tributação conforme previsto no caput, do valor da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE de que trata a Lei nº 10.168, de	§ 8º O pagamento do tributo na forma prevista no caput deste artigo ou a quitação do parcelamento de que trata o § 3º deste artigo acarretará a remissão do valor do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a diferença a maior da parcela passível de tributação conforme previsto no caput deste artigo , do valor da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
		<p><u>29 de dezembro de 2000</u>, e do valor da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços - PIS/Pasep-Importação e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - Cofins-Importação de que trata a <u>Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004</u>, ainda que apurados em lançamento de ofício.</p>	<p>(Cide) de que trata a <u>Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000</u>, e do valor da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/Pasep-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação) de que trata a <u>Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004</u>, ainda que apurados em lançamento de ofício.</p>
<p><u>Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</u></p>	<p>Art. 4º A <u>Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</u>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p>	<p>Art. 4º A <u>Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</u>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p>	<p>Art. 4º O art. 77 da <u>Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</u>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p>
<p>Art. 77. A parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial,</p>	<p>“Art. 77.</p>	<p>“Art. 77.</p>	<p>“Art. 77.</p>

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, observado o disposto no art. 76.			
§ 3º Observado o disposto no § 1º do art. 91 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, a parcela do lucro auferido no exterior, por controlada, direta ou indireta, ou coligada, correspondente às atividades de afretamento por tempo ou casco nu, arrendamento mercantil operacional, aluguel, empréstimo de bens ou prestação de serviços diretamente relacionados à prospecção e exploração de petróleo e gás, em território brasileiro, não será computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil.	§ 3º Até 31 de dezembro de 2019, a parcela do lucro auferido no exterior, por controlada, direta ou indireta, ou coligada, correspondente às atividades de afretamento por tempo ou casco nu, arrendamento mercantil operacional, aluguel, empréstimo de bens ou prestação de serviços diretamente relacionados às fases de exploração e de produção de petróleo e gás natural, no território brasileiro, não será computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica controladora domiciliada no País.	§ 3º Até 31 de dezembro de 2019, a parcela do lucro auferido no exterior, por controlada, direta ou indireta, ou coligada, correspondente às atividades de afretamento por tempo ou casco nu, arrendamento mercantil operacional, aluguel, empréstimo de bens ou prestação de serviços diretamente relacionados às fases de exploração e de produção de petróleo e gás natural, no território brasileiro, não será computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica controladora domiciliada no País.	§ 3º Até 31 de dezembro de 2019, a parcela do lucro auferido no exterior, por controlada, direta ou indireta, ou coligada, correspondente às atividades de afretamento por tempo ou casco nu, arrendamento mercantil operacional, aluguel, empréstimo de bens ou prestação de serviços diretamente relacionados às fases de exploração e de produção de petróleo e de gás natural no território brasileiro, não será computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica controladora domiciliada no País.
	Art. 5º Fica instituído o regime	Art. 5º Fica instituído o regime	Art. 5º Fica instituído o regime

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	especial de importação com suspensão do pagamento dos tributos federais de bens cuja permanência no País seja definitiva e destinados às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, previstas na Lei nº 9.478, de 1997 , na Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010 , e na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 .	especial de importação com suspensão do pagamento dos tributos federais de bens cuja permanência no País seja definitiva e destinados às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, previstas na Lei nº 9.478, de 1997 , na Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010 , e na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 .	especial de importação com suspensão do pagamento dos tributos federais de bens cuja permanência no País seja definitiva e que sejam destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, previstas nas Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997 , [^] 12.276, de 30 de junho de 2010 , e [^] 12.351, de 22 de dezembro de 2010 .
	§ 1º A suspensão de que trata o caput aplica-se aos seguintes tributos:	§ 1º A suspensão de que trata o caput aplica-se aos seguintes tributos:	§ 1º A suspensão de que trata o caput deste artigo aplica-se aos seguintes tributos:
	I - Imposto de Importação;	I - Imposto de Importação;	I - Imposto sobre Importação (II) ;
	II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;	II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;	II - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ;
	III - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e	III - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e	III - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e
	IV - Cofins-Importação.	IV - Cofins-Importação.	IV - Cofins-Importação.
		§ 2º É vedada a aplicação do regime disposto no caput para importação de embarcações destinadas à navegação	§ 2º É vedada a aplicação do regime disposto no caput deste artigo para importação de embarcações

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
		de cabotagem e navegação interior de percurso nacional, bem como navegação de apoio portuário e navegação de apoio marítimo, que nos termos da <u>Lei nº 9.432/1997</u> são restritas a embarcações de bandeira nacional.	destinadas à navegação de cabotagem e à navegação interior de percurso nacional, bem como à navegação de apoio portuário e à navegação de apoio marítimo, ^ nos termos da <u>Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997</u> ^.
	§ 2º O disposto no caput aplica-se somente aos bens constantes de relação específica elaborada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.	§ 3º O disposto no caput aplica-se somente aos bens constantes de relação específica elaborada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.	§ 3º O disposto no caput deste artigo aplica-se somente aos bens constantes de relação específica elaborada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
	§ 3º A suspensão do pagamento do Imposto de Importação e do IPI de que trata este artigo converte-se em isenção após decorridos cinco anos, contados da data de registro da declaração de importação.	§ 4º A suspensão do pagamento do Imposto de Importação e do IPI de que trata este artigo converte-se em isenção após decorridos cinco anos, contados da data de registro da declaração de importação.	§ 4º A suspensão do pagamento do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata este artigo converte-se em isenção após decorridos cinco anos, contados da data de registro da declaração de importação.
	§ 4º A suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação de que trata este artigo converte-se em alíquota de zero por cento após	§ 5º A suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação de que trata este artigo converte-se em alíquota de zero por cento após	§ 5º A suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação de que trata este artigo converte-se em alíquota de 0% (zero por cento) após

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	decorridos cinco anos, contados da data de registro da declaração de importação.	decorridos cinco anos, contados da data de registro da declaração de importação.	decorridos cinco anos, contados da data de registro da declaração de importação.
	§ 5º O beneficiário que realizar importação com suspensão do pagamento dos tributos a que se refere o § 1º e não destinar o bem na forma do caput no prazo de três anos, contado da data de registro da declaração de importação, fica obrigado a recolher os tributos não pagos em decorrência da suspensão usufruída, acrescidos de juros e multa de mora, nos termos da legislação específica, calculados a partir da data de ocorrência dos respectivos fatos geradores.	§ 6º O beneficiário que realizar importação com suspensão do pagamento dos tributos a que se refere o § 1º e não destinar o bem na forma do caput no prazo de três anos, contado da data de registro da declaração de importação, fica obrigado a recolher os tributos não pagos em decorrência da suspensão usufruída, acrescidos de juros e multa de mora, nos termos da legislação específica, calculados a partir da data de ocorrência dos respectivos fatos geradores.	§ 6º O beneficiário que realizar importação com suspensão do pagamento dos tributos a que se refere o § 1º deste artigo e não destinar o bem na forma do caput deste artigo no prazo de três anos, contado da data de registro da declaração de importação, fica obrigado a recolher os tributos não pagos em decorrência da suspensão usufruída, acrescidos de juros e multa de mora, nos termos da legislação específica, calculados a partir da data de ocorrência dos respectivos fatos geradores.
	§ 6º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá, excepcionalmente, ampliar o prazo de que trata o § 5º em até doze meses.	§ 7º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá, excepcionalmente, ampliar o prazo de que trata o § 5º em até doze meses.	§ 7º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá, excepcionalmente, ampliar o prazo de que trata o § 5º deste artigo em até doze meses.
	§ 7º O disposto neste artigo será regulamentado em ato do Poder	§ 8º O disposto neste artigo será regulamentado em ato do Poder	§ 8º O disposto neste artigo será regulamentado em ato do Poder

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	Executivo federal, incluída a forma de habilitação ao regime especial.	Executivo federal, incluída a forma de habilitação ao regime especial.	Executivo federal, incluída a forma de habilitação ao regime especial.
	Art. 6º Fica suspenso o pagamento de tributos federais na importação ou na aquisição no mercado interno de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem para serem utilizados integralmente no processo produtivo de produto final destinado às atividades de trata o caput do art. 5º.	Art. 6º Fica suspenso o pagamento de tributos federais na importação ou na aquisição no mercado interno de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem para serem utilizados integralmente no processo produtivo de produto final destinado às atividades de trata o caput do art. 5º.	Art. 6º Fica suspenso o pagamento de tributos federais na importação ou na aquisição no mercado interno de matérias-primas, de produtos intermediários e de materiais de embalagem para serem utilizados integralmente no processo produtivo de produto final destinado às atividades de que trata o caput do art. 5º desta Lei.
	§ 1º O disposto no caput aplica-se aos seguintes tributos:	§ 1º O disposto no caput aplica-se aos seguintes tributos:	§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se aos seguintes tributos:
	I - Imposto de Importação;	I - Imposto de Importação;	I - Imposto sobre Importação;
	II - IPI;	II - IPI;	II - Imposto sobre Produtos Industrializados;
	III - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação;	III - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação;	III - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação;
	IV - Cofins-Importação;	IV - Cofins-Importação;	IV - Cofins-Importação;
	V - Contribuição para o PIS/Pasep; e	V - Contribuição para o PIS/Pasep; e	V - Contribuição para o PIS/Pasep; e
	VI - Cofins.	VI - Cofins.	VI - Cofins.
	§ 2º Na importação ou na aquisição de bens no mercado interno, por	§ 2º Na importação ou na aquisição de bens no mercado interno, por	§ 2º Na importação ou na aquisição de bens no mercado interno [^] por

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	empresas denominadas fabricantes-intermediários, para a industrialização de produto intermediário a ser diretamente fornecido a empresas que os utilizem no processo produtivo de que trata o caput, fica, conforme o caso, suspenso o pagamento:	empresas denominadas fabricantes-intermediários, para a industrialização de produto intermediário a ser diretamente fornecido a empresas que os utilizem no processo produtivo de que trata o caput, fica, conforme o caso, suspenso o pagamento:	empresas denominadas fabricantes intermediários [^] para a industrialização de produto intermediário a ser diretamente fornecido a empresas que os utilizem no processo produtivo de que trata o caput deste artigo, fica, conforme o caso, suspenso o pagamento:
	I - dos tributos federais incidentes na importação, a que se referem os incisos I a IV do § 1º; ou	I - dos tributos federais incidentes na importação, a que se referem os incisos I a IV do § 1º; ou	I - dos tributos federais incidentes na importação [^] a que se referem os incisos I, II, III e IV do § 1º deste artigo; ou
	II - dos tributos federais a que se referem os incisos II, V e VI do § 1º.	II - dos tributos federais a que se referem os incisos II, V e VI do § 1º.	II - dos tributos federais a que se referem os incisos II, V e VI do § 1º deste artigo.
	§ 3º Efetivada a destinação do produto final, a suspensão de que trata o caput e o § 2º converte-se em:	§ 3º Efetivada a destinação do produto final, a suspensão de que trata o caput e o § 2º converte-se em:	§ 3º Efetivada a destinação do produto final, a suspensão de que trata o caput e o § 2º deste artigo converte-se em:
	I - alíquota de zero por cento, quanto à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins, à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e à Cofins-Importação; e	I - alíquota de zero por cento, quanto à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins, à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e à Cofins-Importação; e	I - alíquota de 0% (zero por cento), quanto à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins, à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e à Cofins-Importação; e
	II - isenção, quanto ao Imposto de	II - isenção, quanto ao Imposto de	II - isenção, quanto ao Imposto sobre

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	Importação e ao IPI.	Importação e ao IPI.	Importação e ao Imposto sobre Produtos Industrializados.
	§ 4º O prazo de suspensão do pagamento dos tributos federais pela aplicação do regime especial será de até um ano, prorrogável por período não superior, no total, a cinco anos, observada a regulamentação editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.	§ 4º O prazo de suspensão do pagamento dos tributos federais pela aplicação do regime especial será de até um ano, prorrogável por período não superior, no total, a cinco anos, observada a regulamentação editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.	§ 4º O prazo de suspensão do pagamento dos tributos federais pela aplicação do regime especial será de até um ano, prorrogável por período não superior, no total, a cinco anos, observada a regulamentação editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
	§ 5º Excepcionalmente, em casos justificados, o prazo de que trata o § 4º poderá ser prorrogado por período superior a cinco anos, observada a regulamentação editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.	§ 5º Excepcionalmente, em casos justificados, o prazo de que trata o § 4º poderá ser prorrogado por período superior a cinco anos, observada a regulamentação editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.	§ 5º Excepcionalmente, em casos justificados, o prazo de que trata o § 4º deste artigo poderá ser prorrogado por período superior a cinco anos, observada a regulamentação editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
	§ 6º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem que, no todo ou em parte, deixarem de ser empregados no processo produtivo do produto final de que trata o caput, ou que forem empregados em desacordo com o	§ 6º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem que, no todo ou em parte, deixarem de ser empregados no processo produtivo do produto final de que trata o caput, ou que forem empregados em desacordo com o	§ 6º As matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem que, no todo ou em parte, deixarem de ser empregados no processo produtivo do produto final de que trata o caput deste artigo , ou que forem empregados em desacordo

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	referido processo, ficam sujeitos aos seguintes procedimentos:	referido processo, ficam sujeitos aos seguintes procedimentos:	com o referido processo, ficam sujeitos aos seguintes procedimentos:
	I - exportação;	I - exportação;	I - exportação;
	II - transferência para outro regime especial;	II - transferência para outro regime especial;	II - transferência para outro regime especial;
	III - destruição, sob controle aduaneiro, às expensas do interessado; ou	III - destruição, sob controle aduaneiro, às expensas do interessado; ou	III - destruição, sob controle aduaneiro, a expensas do interessado; ou
	IV - destinação para o mercado interno, com o pagamento dos tributos suspensos e dos acréscimos legais devidos.	IV - destinação para o mercado interno, com o pagamento dos tributos suspensos e dos acréscimos legais devidos.	IV - destinação para o mercado interno, com o pagamento dos tributos suspensos e dos acréscimos legais devidos.
	§ 7º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do inciso IV do § 6º, caberá lançamento de ofício, com aplicação dos juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 .	§ 7º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do inciso IV do § 6º, caberá lançamento de ofício, com aplicação dos juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 .	§ 7º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do inciso IV do § 6º deste artigo , caberá lançamento de ofício, com aplicação dos juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 .
	§ 8º A aquisição do produto final de que trata este artigo será realizada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e do IPI.	§ 8º A aquisição do produto final de que trata este artigo será realizada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e do IPI.	§ 8º A aquisição do produto final de que trata este artigo será realizada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e do Imposto sobre Produtos

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
			Industrializados.
	§ 9º Efetivada a destinação do produto final, a suspensão de que trata o § 8º converte-se em:	§ 9º Efetivada a destinação do produto final, a suspensão de que trata o § 8º converte-se em:	§ 9º Efetivada a destinação do produto final, a suspensão de que trata o § 8º deste artigo converte-se em:
	I - alíquota de zero por cento, quanto à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins; e	I - alíquota de zero por cento, quanto à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins; e	I - alíquota de 0% (zero por cento), quanto à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins; e
	II - isenção, quanto ao IPI.	II - isenção, quanto ao IPI.	II - isenção, quanto ao Imposto sobre Produtos Industrializados.
		§ 10. O beneficiário que realizar a aquisição no mercado interno com suspensão do pagamento dos tributos a que se refere o § 8º e não destinar o bem às atividades de que trata o caput do art. 5º, no prazo de três anos, contado da data de aquisição, fica obrigado a recolher os tributos não pagos em decorrência da suspensão usufruída, acrescidos de juros e multa de mora, nos termos da legislação específica, calculados a partir da data de ocorrência dos respectivos fatos geradores.	§ 10. O beneficiário que realizar a aquisição no mercado interno com suspensão do pagamento dos tributos a que se refere o § 8º deste artigo e não destinar o bem às atividades de que trata o caput do art. 5º desta Lei, no prazo de três anos, contado da data de aquisição, fica obrigado a recolher os tributos não pagos em decorrência da suspensão usufruída, acrescidos de juros e multa de mora, nos termos da legislação específica, calculados a partir da data de ocorrência dos respectivos fatos geradores.
		§ 11. A Secretaria da Receita Federal	§ 11. A Secretaria da Receita Federal

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
		do Brasil poderá, excepcionalmente, ampliar o prazo de que trata o § 10 em até doze meses.	do Brasil poderá, excepcionalmente, ampliar o prazo de que trata o § 10 deste artigo em até doze meses.
	§ 10. O disposto neste artigo será regulamentado em ato do Poder Executivo federal.	§ 12. O disposto neste artigo será regulamentado em ato do Poder Executivo federal.	§ 12. O disposto neste artigo será regulamentado em ato do Poder Executivo federal.
		§ 13. O disposto no caput e no § 1º aplica-se a todos os elos da cadeia produtiva para suprimento de produtos finais destinados integralmente às atividades de que trata o caput do art. 5º.	§ 13. O disposto no caput e no § 1º deste artigo aplica-se a todos os elos da cadeia produtiva para suprimento de produtos finais destinados integralmente às atividades de que trata o caput do art. 5º desta Lei.
	Art. 7º As suspensões de tributos previstas no art. 5º e no art. 6º somente se aplicarão aos fatos geradores ocorridos até 31 de julho de 2022, sem prejuízo da posterior exigibilidade das obrigações estabelecidas nos referidos artigos.	Art. 7º As suspensões de tributos previstas no art. 5º e no art. 6º somente se aplicarão aos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2040, sem prejuízo da posterior exigibilidade das obrigações estabelecidas nos referidos artigos.	Art. 7º As suspensões de tributos previstas nos arts. 5º e 6º desta Lei somente se aplicarão aos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2040, sem prejuízo da posterior exigibilidade das obrigações estabelecidas nos referidos artigos.
	Art. 8º A Secretaria da Receita Federal do Brasil editará, no âmbito de suas competências, os atos necessários à execução dos procedimentos de que trata esta Medida Provisória, em	Art. 8º A Secretaria da Receita Federal do Brasil editará, no âmbito de suas competências, os atos necessários à execução dos procedimentos de que trata esta Lei, em especial quanto à	Art. 8º A Secretaria da Receita Federal do Brasil editará, no âmbito de suas competências, os atos necessários à execução dos procedimentos de que trata esta Lei, em especial quanto à

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	especial quanto à opção e ao parcelamento previstos no caput e no § 3º do art. 3º, respectivamente.	opção e ao parcelamento previstos, respectivamente , no caput e no § 3º do art. 3º.	opção e ao parcelamento previstos, respectivamente, no caput e no § 3º do art. 3º desta Lei .
	Art. 9º O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, incluirá o montante da renúncia fiscal decorrente da aplicação do disposto nos § 2º a § 4º do art. 1º, e nos art. 3º, art. 5º e art. 6º desta Medida Provisória no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à referida renúncia.	Art. 9º O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, incluirá o montante da renúncia fiscal decorrente da aplicação do disposto nos § 2º a § 4º do art. 1º, e nos art. 3º, art. 5º e art. 6º desta Lei no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à referida renúncia.	Art. 9º O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), incluirá o montante da renúncia fiscal decorrente da aplicação do disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 1º [^] e nos arts. 3º, ^ 5º e ^ 6º desta Lei no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à referida renúncia.
	Parágrafo único. Os benefícios fiscais constantes nos § 2º a § 4º do art. 1º e nos art. 3º, art. 5º e art. 6º somente serão concedidos se atendido o	^	

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	disposto no caput, inclusive com a demonstração pelo Poder Executivo federal de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, na forma do art. 12 da <u>Lei Complementar nº 101, de 2000</u> - Lei de Responsabilidade Fiscal, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.		
	Art. 10. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:	Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:	Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos:
	I - a partir de 1º de janeiro de 2018, quanto:	I - a partir de 1º de janeiro de 2018, quanto:	I - a partir de 1º de janeiro de 2018, quanto:
	a) ao art. 1º e art. 2º;	a) ao art. 1º e art. 2º ;	a) aos arts. 1º e ^ 2º ;
	b) ao art. 5º, caput e § 1º a § 6º; e	b) ao art. 5º , caput e § 1º a § 8º ; e	b) ao ^ caput e aos §§ 1º a ^ 8º do art. 5º ; e
	c) ao art. 6º, caput e § 1º a § 9º; e	c) ao art. 6º, caput e § 1º a § 13 ; e	c) ao caput e aos §§ 1º a ^ 13 do art. 6º ; e
	II - a partir da data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.	II - a partir da data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.	II - a partir da data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.
Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro	Art. 11. Fica revogado o art. 12 do	Art. 11. Fica revogado o art. 12 do	Art. 11. Fica revogado o art. 12 do

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 795/2017

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Comissão Mista)	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2017 (aprovado na Câmara dos Deputados)
de 1966	Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro de 1966.	Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro de 1966.	Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro de 1966.
Art 12. A Petróleo Brasileiro S. A. - PETROBRÁS - poderá deduzir, para efeito de determinação do lucro sujeito à tributação, as importâncias aplicadas em cada exercício na prospecção e extração do petróleo cru.			